

São Paulo, 20 de outubro de 2016.

Exmo(a) Sr(a). Deputado(a)

As Entidades Representativas dos servidores públicos do Município de São Paulo abaixo subscritas vêm respeitosamente, através desta, apresentar a V.Exa. seu **posicionamento contrário à aprovação da PEC 241**, em tramitação na Câmara dos Deputados, já com um resultado favorável na primeira e no aguardo de uma segunda votação anunciada para a próxima semana, pelas razões expostas abaixo:

- 1- Em que pese sabermos que não é salutar o governo gastar mais do que os valores que arrecada anualmente, também é público e notório que, ao longo de muitos anos, **os recursos vêm sendo empregados sem eficiência** e, conforme amplamente divulgado pela mídia, **desviados de suas finalidades**, para dizer o mínimo;
- 2- Também é do conhecimento de todos que **não são os servidores públicos e nem os demais trabalhadores os responsáveis pela gastança desordenada e pelo endividamento do governo**;
- 3- A redução dos limites dos gastos em áreas como educação e saúde, para ficarmos nas mais expressivas, **implicará, no curto e no médio prazo, na falência dos já combalidos serviços públicos** oferecidos à camada da população que não tem acesso a serviços oferecidos também pela iniciativa privada, por seus custos elevados;
- 4- A redução nos gastos, em nível federal, refletir-se-á, necessariamente, na redução de repasses para as demais esferas (estados e municípios), gerando reação em cadeia de **desmonte dos serviços públicos**;
- 5- O congelamento previsto na PEC é medida de verdadeira **exceção econômica**, seja por arbitrariamente, criar constrangimento à gestão dos futuros governos, durante duas décadas, seja por afetar somente os gastos primários, que devem assegurar o bem-estar e desenvolvimento coletivos, em favor da remuneração do gasto financeiro e de outros privilégios a setores privados, que estarão livres de qualquer limite.

Algumas outras razões poderiam ainda ser elencadas mas, para não nos estendermos demais em matéria que, certamente, já é de amplo conhecimento de V.Exa., optamos por apresentar algumas alternativas colhidas de diversas fontes e que respaldamos, para buscar o aumento dos recursos do governo federal, sem prejudicar aqueles que não foram os responsáveis pela atual situação do país e que estão fadados a pagar a conta de tantos desmandos:

- Rever o excesso de U\$ 200 bilhões de reservas internacionais, que ocasionam um custo anual de R\$ 100 bilhões;

- Rever o depósito de R\$ 1 trilhão (R\$ 1.000 bilhões!) do Tesouro Nacional, em disponibilidade no Banco Central sem rendimentos – custo anual equivalente a R\$ 70 bilhões;
- Rever o subsídio do Tesouro Nacional para o BNDES de R\$ 521 bilhões, para custear o “bolsa-empresário” – custo anual equivalente a R\$ 35 bilhões. – Liquidando gradativamente só essas três operações, o Brasil reconquistaria o seu grau de investimento já em 2018.
- Reduzir as renúncias de receitas tributárias (desonerações e isenções), previstas em R\$ 280 bilhões para 2017. Em muitos casos, são privilégios dos quais se beneficiam pessoas de renda elevada (rentistas) e grandes empresas, sem benefícios diretos para a economia e para o povo. Como exemplo flagrante, as desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento reduziram as receitas à décima parte do que se recolhia das empresas e não evitaram o desemprego e a recessão.
- Rever as isenções previdenciárias para entidades filantrópicas;
- Vender, através de leilão, imóveis da Previdência e de outros patrimônios em desuso;
- Criar REFIS para cobrar R\$ 236 bilhões de dívidas com a Previdência (R\$ 100 bilhões são recuperáveis, segundo estimativas);
- Melhorar a fiscalização da Previdência, reduzindo a sonegação e a informalidade;
- Fim da desoneração das exportações agrícolas;
- Criar nova forma de contribuição para a aposentadoria rural, hoje suscetível a sonegações e fraudes.

Temos convicção de que nossos representantes nessa Egrégia Câmara dos Deputados estão cientes de que as Entidades Representativas dos servidores públicos, em todo o país, estão acompanhando de perto o posicionamento de todos os Deputados Federais e não hesitarão em expressar seu reconhecimento àqueles que, sensibilizados com nossos argumentos, se posicionarem contrariamente à aprovação da PEC 241, fazendo reverberar, dentre seus representados, os nomes que se tornarão dignos de confiança para a continuidade de seus mandatos no pleito de 2018.

Não se trata de nenhuma ameaça, nem tampouco de vã promessa. Tratamos aqui de dar visibilidade aos que um dia já receberam votos de suas bases e que estão honrando os compromissos assumidos com seus eleitores.

Certos de contar com vossa valiosa compreensão e apoio a esta tão nobre causa, subscrevemo-nos,

Respeitosamente

APROFEM – Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo

SINESP – Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público do Município de São Paulo

AbioPMSP – Associação de Biólogos Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo

ACMSP – Associação dos Contadores Municipais de São Paulo

SINDAF - Sindicato dos Auditores Fiscais Tributários do Município de São Paulo

AAFIT - Associação dos Auditores Fiscais e Tributários do Município de São Paulo

ADEGEP - Associação dos Administradores, Estatísticos, Economistas, Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Políticas Públicas, Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo

FASP - Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo

ANIS – Associação dos Servidores do Nível Superior da Prefeitura do Município de São Paulo

ASSEF – Associação dos Servidores da Secretaria de Finanças do Município de São Paulo